



BANCO ABC BRASIL S.A.
 Companhia Aberta
 CNPJ nº 28.195.667/0001-06
 Sede do Banco ABC Brasil São Paulo:
 Avenida Cidade Jardim, 803

Relatório da Administração

DESEMPENHO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Submetemos à apreciação de V.S. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 do Banco ABC BRASIL S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda expertise na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABC4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de dezembro de 2019: Bank ABC 59,94%; Mercado: 33,64%; Administradores e Conselheiros: 4,45%; e Ações em Tesouraria: 1,97%.

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 528,4 milhões no ano de 2019 (R\$ 418,1 milhões em 2018), representando retorno anualizado sobre o patrimônio médio de 13,7% a.a. (12,0% a.a. no ano de 2018).

O aumento do resultado do Banco, em relação ao ano anterior, é explicado, principalmente, por uma melhora no resultado bruto da intermediação financeira e o impacto positivo gerado pelo crédito tributário decorrente do aumento da alíquota da CSLL de 15% para 20%. O resultado foi parcialmente impactado pelo aumento das Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (considerando empréstimos e garantias prestadas) atingiu R\$ 26,5 bilhões ao final de dezembro de 2019 (R\$ 23,6 bilhões ao final de dezembro de 2018). Em relação à qualidade da carteira, 95,8% das operações com empréstimos e 98,4% das operações com garantias prestadas estavam classificadas entre AA e C ao final de dezembro de 2019, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, o índice foi de 96,7%. O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,49% do total da carteira de empréstimos ao final de dezembro de 2019 (2,92% ao final de dezembro de 2018).

IN CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados serviços adicionais relacionados à auditoria que representassem montantes superiores a remuneração global de 5% (cinco por cento) da remuneração paga pelos serviços de auditoria externa no período.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R\$ 782,9 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

GESTÃO DE RISCO

1- Risco corporativo

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 4.557/17 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantêm estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa. A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e Compliance.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite à risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim. A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

2- Risco operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional, Compliance e Segurança da Informação (CROCs) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, Compliance, segurança da informação e controles internos.

3- Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

4- Risco de crédito

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplimento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

5- Responsabilidade Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

6- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Finanças, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com a área de Gestão de Riscos. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil.

7- Comitê de Remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do artigo 152 da Lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8- Risco de conformidade

O Banco ABC Brasil através de sua área de Compliance busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando cobrir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846/13 de Anticorrupção. Adicionalmente, a área de Compliance, juntamente com a área de Segurança da Informação, são responsáveis por definir as políticas para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2020

A Administração

Balancos

Patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

Notas	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	24.353.227	24.807.633	24.567.640	25.015.503
Disponibilidades	3 297.187	29.378	297.187	29.378
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 5.316.341	7.522.655	5.316.341	7.522.655
Aplicações no mercado aberto	4.271.060	5.817.015	4.271.060	5.817.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	662.666	981.720	662.666	981.720
Aplicações em moedas estrangeiras	382.615	723.920	382.615	723.920
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.557.338	5.276.093	3.768.609	5.481.605
Carteira própria	5.a 2.590.705	4.617.117	2.801.436	4.822.629
Vinculados a prestação de garantias	5.a 171.873	271.963	171.873	271.963
Vinculados a operações compromissadas	5.a 183.545	84.072	183.545	84.072
Instrumentos financeiros derivativos	5.b 611.215	302.941	611.215	302.941
Relações interfinanceiras	6 66.011	-	66.011	-
Repasses interfinanceiros	65.332	-	65.332	-
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	679	-	679	-
Operações de crédito	7 7.469.879	7.152.926	7.469.879	7.152.926
Operações de crédito - Setor público	7 29.191	82.450	29.191	82.450
Operações de crédito - Setor privado	7 7.594.935	7.209.948	7.594.935	7.209.948
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8 (154.247)	(139.472)	(154.247)	(139.472)
Outros créditos	7 3.789.886	4.530.000	3.793.568	4.532.358
Créditos por avais e fianças honradas	7 150.467	94.330	150.467	94.330
Carteira de câmbio	9 4.306.279	3.188.369	4.306.279	3.188.369
Rendas a receber	20.713	23.800	20.713	23.800
Diversos	10.a 253.760	276.228	253.760	276.228
Diversos	10.b 2.799.579	1.078.831	2.803.261	1.081.189
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8 (140.912)	(131.558)	(140.912)	(131.558)
Outros valores e bens	8 256.585	296.581	256.585	296.581
Outros valores e bens	248.377	288.886	248.377	288.886
Despesas antecipadas	8.208	7.695	8.208	7.695
Ativo Realizável a longo prazo	11.619.212	7.663.339	11.619.212	7.663.339
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 9.813	-	9.813	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.813	-	9.813	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.201.951	3.349.445	5.201.951	3.349.445
Carteira própria	5.a 3.781.273	1.479.673	3.781.273	1.479.673
Vinculados a prestação de garantias	5.a 581.586	706.864	581.586	706.864
Vinculados a operações compromissadas	5.a 400.746	357.499	400.746	357.499
Instrumentos financeiros derivativos	5.b 438.346	805.409	438.346	805.409
Operações de crédito	5.810.616	4.030.239	5.810.616	4.030.239
Operações de crédito - Setor público	7 11.457	26.276	11.457	26.276
Operações de crédito - Setor privado	7 5.900.602	4.092.111	5.900.602	4.092.111
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8 (101.443)	(88.148)	(101.443)	(88.148)
Outros créditos	595.571	281.299	595.571	281.299
Carteira de câmbio	9 73.875	3.056	73.875	3.056
Rendas a receber	5.343	3.280	5.343	3.280
Diversos	10.b 547.844	295.142	547.844	295.142
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8 (31.491)	(20.179)	(31.491)	(20.179)
Outros valores e bens	1.261	2.356	1.261	2.356
Despesas antecipadas	1.261	2.356	1.261	2.356
Permanente	280.895	253.342	70.378	49.933
Investimentos	11 211.896	204.460	1.379	1.051
Participações em controladas - No País	210.517	203.409	-	-
Outros investimentos	1.379	1.051	1.379	1.051
Imobilizado de uso	12 25.660	23.793	25.660	23.793
Outros imobilizações de uso	61.650	54.284	61.650	54.284
Depreciações acumuladas	(35.990)	(30.491)	(35.990)	(30.491)
Intangível	12 43.339	25.089	43.339	25.089
Ativos intangíveis	84.780	58.491	84.780	58.491
Amortizações acumuladas	(41.441)	(33.402)	(41.441)	(33.402)
Total do ativo	36.253.334	32.724.314	36.257.230	32.728.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Notas	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2019	Ano 2019	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2018
Receitas da intermediação financeira	1.595.672	2.657.067	3.241.782	2.669.036	3.254.375
Operações de crédito	819.872	1.379.936	1.513.797	1.379.936	1.513.797
Resultado de operações com créditos de liquidação duvidosa - Títulos e valores mobiliários	680.199	1.195.649	1.523.898	1.207.618	1.536.491
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	5.b 73.878	87.752	62.125	87.752	62.125
Resultado de operações de câmbio	21.723	(6.270)	141.962	(6.270)	141.962
Despesas da intermediação financeira	(1.279.208)	(1.935.011)	(2.739.187)	(1.935.011)	(2.739.187)
Operações de captação no mercado	(539.115)	(1.087.400)	(1.245.987)	(1.087.400)	(1.245.987)
Operações de empréstimos e repasses	(683.612)	(766.914)	(1.374.978)	(766.914)	(1.374.978)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 (55.897)	(80.637)	(116.477)	(80.637)	(116.477)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Variação cambial sobre câmbio	(584)	(60)	(1.734)	(60)	(1.734)
Resultado de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(11)	-	(11)
Resultado bruto da intermediação financeira	316.464	722.056	502.595	734.025	515.188
Outras receitas (Despesas) operacionais	(32.196)	(87.568)	(22.742)	(95.516)	(30.765)
Receitas de prestação de serviços	17 180.745	348.713	355.249	348.713	355.249
Despesas de pessoal	(109.478)	(231.662)	(210.716)	(231.662)	(210.716)
Outras despesas administrativas	18 (77.955)	(152.763)	(115.716)	(152.937)	(115.917)
Despesas tributárias	(37.280)	(67.529)	(64.123)	(68.135)	(64.759)
Resultado de participações em controladas	11 3.429	7.108	7.186	-	-
Outras receitas operacionais	19 8.948	12.421	11.238	12.421	11.238
Outras despesas operacionais	20 (605)	(3.856)	(5.860)	(3.856)	(5.860)
Resultado operacional	284.268	634.488	479		

Demonstrações das

Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Recompra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.291.065	35.196	163.469	778.907	55.000	(2.510)	-	(36.795)	3.284.332
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	(7.205)	-	-	(7.205)
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	1.226	1.226
Aumento de capital	179.248	-	-	-	-	-	-	-	179.248
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	418.086	-	418.086
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(220.447)	-	(220.447)
Destinação - Reserva legal	-	-	20.904	-	-	-	(20.904)	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(176.735)	-	-
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	10.270	-	176.735	-	-	-	-	10.270
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.470.313	45.466	184.373	955.642	55.000	(9.715)	-	(35.569)	3.665.510
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	17.684	-	-	17.684
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(41.366)	(41.366)
Aumento de capital	95.579	-	-	-	-	-	-	-	95.579
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	528.399	-	528.399
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(225.258)	-	(225.258)
Destinação - Reserva legal	-	-	26.420	-	-	-	(26.420)	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(276.721)	-	-
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	185	-	276.721	-	-	-	-	185
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.565.892	45.651	210.793	1.232.363	55.000	7.969	-	(76.935)	4.040.733
Saldos em 30 de junho de 2019	2.565.892	45.470	196.987	955.642	55.000	4.013	119.504	(60.289)	3.882.219
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	3.956	-	-	3.956
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(16.646)	(16.646)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	276.120	-	276.120
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(105.097)	-	(105.097)
Destinação - Reserva legal	-	-	13.806	-	-	-	(13.806)	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(276.721)	-	-
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	181	-	276.721	-	-	-	-	181
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.565.892	45.651	210.793	1.232.363	55.000	7.969	-	(76.935)	4.040.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Bank ABC que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 23).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

i) **Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação**
As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2019 e 2018, corresponde a aproximadamente 100%.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2020.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

ii) **Moeda Funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

iii) **Conversão de moedas estrangeiras**

Os ativos e passivos das subsidiárias são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. O resultado é convertido pela taxa de câmbio média mensal.

iv) **Principais práticas contábeis**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM e pelo Bacen. Por sua vez, o Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas.

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.636/18 - Estabelece critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas.

Resolução nº 4.720/19 e Circular nº 3.959/19 - Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

Resolução nº 4.748/19 - Dispõe sobre os critérios para a mensuração do valor justo de elementos patrimoniais e de resultado. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) **Críticas de avaliação dos ativos**

As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para abordar eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) **Críticas de avaliação dos passivos**

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) **Hedge Accounting**

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total ("hedge" de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados nas Notas 5.b, 15.b e 16.b respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigados por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b).

e) **Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo**
Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

f) **Aparição das receitas e despesas**
As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

g) **Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

• Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; e

• Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de ação judicial ou administrativa, com a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

h) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

i) **Imposto de Renda e Contribuição Social**

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Disponibilidades	297.187	29.378
Aplicações financeiras de liquidez	3.709.824	4.249.550
Aplicações em moedas estrangeiras	382.615	723.920
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	3.327.209	3.525.630
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.007.011	4.278.928

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez, por prazo de vencimento, é demonstrado como segue:

	Banco e Consolidado					
	2019					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	1.524.699	2.336.375	409.986	-	-	5.817.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	67.123	203.340	-	392.203	9.813	672.479
Aplicações em moedas estrangeiras	382.615	-	-	382.615	-	723.920
Total	1.974.437	2.539.715	409.986	392.203	9.813	5.326.154

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Aplicações no mercado aberto	17.684	17.684
Aplicações em depósitos interfinanceiros	41.366	41.366
Aplicações em moedas estrangeiras	3.956	3.956
Total	62.996	62.996

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) **Títulos e valores mobiliários**

As classificações dos títulos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são demonstradas como segue:

	2019		2018	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	31.112	31.107	241.843	241.838
Eurobônus	17.301	17.928	17.301	17.928
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	138.495	139.761	138.495	139.761
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9	9	9	9
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	5.460	5.460	5.460	5.460
Debêntures	143.066	157.419	143.066	157.419
Títulos públicos emitidos em outros países	1.269.213	1.268.013	1.269.213	1.268.013
Ações de companhias abertas	46.878	57.473	46.878	57.473
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	68.081	68.066	68.081	68.066
Subtotal - Títulos para negociação	1.719.615	1.745.236	1.930.346	1.955.967
Títulos disponíveis para venda (b)				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.266.754	1.266.566	1.266.754	1.266.566
Eurobônus	14.285	14.269	14.285	14.269
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	5.117	5.204	5.117	5.204
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	100.104	103.135	100.104	103.135
Letras do Tesouro Nacional - LTN	416.951	420.708	416.951	420.708
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	10.035	10.033	10.035	10.033
Debêntures	1.849.738	1.82		

Notas Explicativas às

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	2019				2018			
	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/(a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	12.205.270	-	-	-	6.547.676	-	-	-
Compromisso de compra	4.180.067	-	-	-	1.689.774	-	-	-
Mercado interfinanceiro	3.026.762	-	-	-	1.637.755	-	-	-
Moeda estrangeira	1.153.305	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	52.019	-
Compromisso de venda	8.025.203	-	-	-	4.857.902	-	-	-
Mercado interfinanceiro	6.199.102	-	-	-	4.656.964	-	-	-
Moeda estrangeira	1.826.101	-	-	-	194.769	-	-	-
Outros	-	-	-	-	6.169	-	-	-
Posição ativa	19.330.741	1.436.524	(434.193)	1.002.331	14.632.840	1.074.991	-	-
Contratos de "Swap"	2.854.803	91.373	39.038	130.411	2.322.021	89.913	-	-
Mercado interfinanceiro	1.114.584	16.448	9.434	25.882	686.848	12.243	-	-
Moeda estrangeira	382.112	61.477	3.269	64.746	496.016	63.238	-	-
Prefixado	1.149.709	11.989	18.828	30.817	1.138.437	14.387	-	-
Outros	208.398	1.459	7.507	8.966	720	45	-	-
Contratos de opções	13.610.277	1.290.731	(472.466)	818.265	10.704.477	882.209	-	-
Compromisso de compra	6.624.383	636.065	(282.746)	353.319	5.199.520	329.549	-	-
Moeda estrangeira	6.591.453	635.289	(283.986)	351.303	5.199.520	329.549	-	-
Ações	32.930	776	1.240	2.016	-	-	-	-
Compromisso de venda	6.985.894	654.666	(189.720)	464.946	5.504.957	552.660	-	-
Moeda estrangeira	6.799.060	647.870	(186.701)	461.169	5.156.996	534.392	-	-
Outros ativos financeiros	178.194	6.754	(2.992)	3.762	347.961	18.268	-	-
Ações	-	-	(27)	15	-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros	2.865.661	54.420	(765)	53.655	1.606.342	102.869	-	-
Moeda estrangeira	902.726	24.780	970	25.750	1.187.078	41.864	-	-
Outros ativos financeiros	1.962.935	29.640	(1.735)	27.905	419.264	61.005	-	-

	2019				2018			
	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/(a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Posição passiva	24.207.130	(1.016.500)	254.876	(761.624)	17.745.629	(971.809)	1.656.267	(78.621)
Contratos de "Swap"	3.870.230	(58.210)	(32.975)	(91.185)	1.656.267	(78.621)	-	-
Mercado interfinanceiro	127.721	(2.101)	(1.315)	(3.416)	113.907	(3.742)	-	-
Moeda estrangeira	2.848.813	(34.518)	(4.164)	(38.682)	732.822	(53.068)	-	-
Prefixado	827.466	(13.346)	(25.411)	(38.757)	792.455	(18.722)	-	-
Outros	66.230	(8.245)	(2.085)	(10.330)	17.082	(3.039)	-	-
Contratos de opções	14.418.963	(857.319)	291.668	(565.651)	10.815.871	(807.946)	-	-
Compromisso de compra	7.354.294	(470.933)	229.376	(241.557)	5.541.683	(303.606)	-	-
Moeda estrangeira	7.227.458	(456.299)	229.652	(226.647)	5.308.266	(291.730)	-	-
Outros ativos financeiros	118.856	(14.584)	(95)	(14.679)	233.417	(11.876)	-	-
Ações	7.980	(50)	(181)	(231)	-	-	-	-
Compromisso de venda	7.064.669	(386.386)	62.292	(324.094)	5.274.188	(504.340)	-	-
Moeda estrangeira	6.974.620	(383.815)	60.722	(323.093)	5.242.457	(502.249)	-	-
Outros ativos financeiros	90.049	(2.571)	1.570	(1.001)	31.731	(2.091)	-	-
Outros instrumentos financeiros	5.917.916	(100.971)	(3.817)	(104.788)	5.273.491	(85.242)	-	-
Moeda estrangeira	2.456.490	(72.884)	(1.900)	(74.784)	1.284.911	(22.032)	-	-
Outros ativos financeiros	3.461.426	(28.087)	(1.917)	(30.004)	3.988.580	(63.210)	-	-

Visando mitigar os riscos de variação no valor justo das operações de captação da dívida subordinada no valor de US\$ 69,3 milhões (US\$ 69,3 milhões em 2018) (Nota 16.b) e obrigações por repasses do exterior no valor de US\$ 18,5 milhões (US\$ 24,6 milhões em 2018) (Nota 15.b) a Administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de juros contratuais.

	2019				2018			
	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Derivativos usados como "hedge" de valor justo Instrumento de "Hedge"								
Contratos de "Swap"								
Dívida Subordinada								
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	238.163	41.505	41.939	434	238.163	41.505	41.939	434
Obrigações por repasses no exterior								
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	71.180	3.229	5.292	2.063	71.180	3.229	5.292	2.063
Objeto de "Hedge"								
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	284.248	(284.248)	(284.682)	(434)	284.248	(284.248)	(284.682)	(434)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	74.834	(74.834)	(76.897)	(2.063)	74.834	(76.897)	(78.947)	(2.063)

(1) Valores atualizados até a data do balanço.

Derivativos usados como "hedge" de valor justo Instrumento de "Hedge"

	2019				2018			
	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Contratos de "Swap"								
Dívida Subordinada								
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	238.163	29.813	31.793	1.980	238.163	29.813	31.793	1.980
Obrigações por repasses no exterior								
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	94.907	280	1.566	1.286	94.907	280	1.566	1.286
Objeto de "Hedge"								
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	369.173	(369.173)	(372.439)	(3.266)	369.173	(369.173)	(372.439)	(3.266)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	273.254	(273.254)	(275.234)	(1.980)	273.254	(273.254)	(275.234)	(1.980)
(1) Valores atualizados até a data do balanço.	95.919	(95.919)	(97.205)	(1.286)	95.919	(95.919)	(97.205)	(1.286)

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (dívida subordinada e obrigações por repasses no exterior) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade já incorrida esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, têm a seguinte composição:

	2019						2018							
	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado		Banco e Consolidado			
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Compensação														
Contratos de futuros	2.716.435	3.961.917	1.471.117	1.317.855	2.076.010	661.936	12.205.270							6.547.676
Contratos de opção	984.046	338.261	879.322	13.045.095	12.777.157	5.359	28.029.240							1.520.348
Contratos de "Swap"	94.794	551.759	3.196.960	695.983	2.109.326	385.554	7.034.376							4.311.358
Outros instrumentos financeiros	582.807	4.849.693	1.784.169	1.078.575	488.333	-	8.783.577							6.879.833
Total - 2019	4.378.082	9.701.630	7.331.568	16.137.508	17.450.826	1.052.849	56.052.463							39.259.215
Total - 2018	4.398.710	4.666.763	3.760.895	4.721.890	21.148.596	562.361								39.259.215
Posição ativa														
Contratos de opção	6.911	3.307	24.906	402.315	380.468	358	818.265							882.209
Contratos de "Swap"	1.544	4.447	102.950	15.138	44.041	9.521	177.641							123.272
Outros instrumentos financeiros	8.819	23.105	10.915	6.858	3.958	-	53.655							102.869
Total - 2019	17.274	30.859	138.771	424.311	428.467	9.879	1.049.561							1.049.561
Total - 2018	64.535	79.018	77.670	81.718	801.008	4.401								1.108.350
Posição passiva														
Contratos de opção	(9.356)	(226)	(27.015)	(228.019)	(300.617)	(418)	(565.651)							(807.946)
Contratos de "Swap"	(1.696)	(8.825)	(12.054)	(18.455)	(39.061)	(11.094)	(91.185)							(78.621)
Outros instrumentos financeiros	(5.315)	(55.543)	(17.486)	(17.496)	(8.248)	-	(104.788)							(85.242)
Total - 2019	(16.367)	(64.594)	(56.555)	(283.970)	(348.626)	(11.512)	(761.624)							(761.624)
Total - 2018	(75.090)	(81.856)	(75.899)	(80.444)	(655.887)	(2.633)								(971.809)

Para os instrumentos financeiros derivativos não cotados, o processo de precificação é substancialmente baseado na utilização de julgamentos, estimativas e metodologias internas, tem os montantes registrados no Ativo de R\$ 256.589 (R\$ 364.589 em 2018) e no Passivo de R\$ 226.089 (R\$ 285.798 em 2018).

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostos:

	2019			2018		
	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado	Banco e Consolidado		Banco e Consolidado
	Receitas	Despesas	Líquido	Receitas	Despesas	Líquido
Futuros	989.353	(938.112)	51.241			40.694
Opções	8.954.226	(8.843.574)	110.652			(182.642)
Compra/Venda a termo	1.278.008	(1.250.696)	27.312			1.040
Total	344.583	(446.036)	(101.453)			203.033
	11.566.170	(11.478.418)	87.752			62.125

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

i) Taxas de Juros	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Exposição de Juros Prefixados (RWAJur1)	10.741	13.607	16.472
Exposição de Cupons de moeda (RWAJur2)	30.750	32.296	33.843
Exposição de Cupons de Índices			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Obrigações fiscais e previdenciárias:

	Banco	Consolidado
	2019	2018
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	22.772	2.799
Impostos e contribuições a recolher	72.772	72.547
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21)	156.843	63.615
Total	252.387	138.961

b) Dividas subordinadas:

As composições dos saldos das dividas subordinadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	2019	2018
Divida subordinada objeto de "Hedge accounting" - Nota 5.b			
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 69,3 milhões (US\$ 69,3 milhões em 2018)	284.544	274.552	
Subtotal	284.544	274.552	
Outras dividas subordinadas			
Letras Financeiras	1.375.488	1.287.312	
Letras Financeiras Perpétuas	480.067	–	
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 57,0 milhões (US\$ 62,7 milhões em 2018)	232.797	248.918	
Subtotal	2.088.352	1.536.230	
Total dividas subordinadas	2.372.896	1.810.782	

Os saldos das dividas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro 2019 e 2018 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	2019	2018
Divida subordinada objeto de "Hedge accounting"			
Notas subordinadas no Exterior	198.625	190.942	
Valor do principal US\$ 49,3 milhões (US\$ 49,3 milhões em 2018)	80.614	77.496	
Valor do principal US\$ 20,0 milhões (US\$ 20,0 milhões em 2018)	5.009	4.816	
Juros provisionados	284.248	273.254	
Subtotal	488.446	473.508	
Despesa de captação diferida	12.60	(286)	
Deságio	(78)	(396)	
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 2.II.d e 5.b	434	1.980	
Total	284.544	274.552	

	Banco e Consolidado	2019	2018
Outras dividas subordinadas			
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 57,0 milhões (US\$ 62,7 milhões em 2018)	229.524	242.791	
Ágio/(Deságio)	(825)	1.846	
Despesa de captação diferida	(19)	(74)	
Juros provisionados	4.117	4.355	
Total	232.797	248.918	

A captação de recursos no exterior, objeto de hedge accounting, no valor de US\$ 300,0 milhões, com principal de US\$ 49,3 milhões em dezembro de 2019 (US\$ 49,3 em 2018) e com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,9% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no Exterior no valor de US\$ 100,0 milhões, com principal de US\$ 77,0 milhões em dezembro de 2019 (US\$ 82,7 em 2018) com mesmo vencimento e taxas de juros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinada (parte sem hedge accounting) emitidas em 09 de outubro de 2012, no montante de US\$ 5.715. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra foi de US\$ 5.981. O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas, estão sendo diferidos pelo prazo da captação. O saldo de R\$ 1.375.488, referente às captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até agosto de 2028.

O saldo de R\$ 480.067 representa captações mediante a emissão de letras financeiras subordinadas perpétuas.

c) Outras obrigações diversas:

	Banco	2018	Consolidado	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	78.886	83.610	78.923	83.664
Credores diversos - País	8.008	6.028	8.008	6.028
Provisão para contingências (Nota 25)	12.791	22.024	12.791	22.024
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 7)	53.269	52.853	53.269	52.853
Total	152.954	164.513	152.991	164.569

As garantias financeiras prestadas estão sujeitas a encargos e contragarantias e são contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das garantias financeiras prestadas estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar			
Saldo	9.202.915	53.189	10.532.910
Provisão	53.211	80	117.957
Total (Nota 7)	9.256.126	53.269	10.650.867

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado	2019	2018
Nível de risco			
AA	4.759.003	–	6.621.434
A	2.019.160	10.096	1.735.518
B	2.080.742	20.807	1.824.773
C	247.938	7.438	299.805
D	149.283	14.928	169.337
Total	9.256.126	53.269	10.650.867

d) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a pagar, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	2019	2018
Rendas de garantias financeiras prestadas	193.765	224.932	
Rendas de tarifas com operações de crédito	12.768	16.575	
Rendas de cobranças	19.206	16.790	
Rendas de tarifas bancárias	3.508	4.534	
Rendas de comissões e colocação de títulos	113.509	90.153	
Rendas de outros serviços	5.957	2.265	
Total	348.713	355.249	

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As outras despesas administrativas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco	2018	Consolidado	2018
Serviços de terceiros	9.231	9.386	9.236	9.386
Serviços do sistema financeiro	29.094	20.423	29.118	20.448
Aluguéis	14.568	12.768	14.568	12.768
Serviços técnicos especializados	21.390	13.879	21.472	13.971
Processamento de dados	16.996	12.908	16.996	12.908
Comunicações	4.586	3.944	4.586	3.944
Despesas de viagem	7.255	7.660	7.255	7.660
Depreciações e amortizações	14.211	12.181	14.211	12.181
Promoções e relações públicas	2.242	1.063	2.242	1.063
Publicações	328	276	366	339
Contribuições filantrópicas	120	167	162	167
Transportes	1.864	1.872	1.864	1.872
Manutenção e conservação de bens	1.938	2.034	1.938	2.034
Água, energia e gás	1.152	927	1.152	927
Materiais	442	423	442	423
Seguros	650	560	650	560
Propaganda e publicidade	9.908	4.628	9.908	4.628
Condomínio	2.751	2.828	2.751	2.828
Emolumentos legais e cartorários	2.355	1.397	2.355	1.397
Outras	11.682	6.392	11.705	6.413
Total	152.763	115.716	152.997	115.917

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	2019	2018
Juros e atualização monetária de ativos	1.231	–	533
Reversão de provisões (Nota 25.d)	9.233	–	3.184
Recuperação de encargos e despesas	1.769	–	1.194
Outras recuperações sem características de concessão de crédito	–	–	2.081
Outras receitas	188	–	4.246
Total	12.421	11.238	

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	2019	2018
Constituição de provisões para garantias financeiras prestadas	416	–	5.728
Constituição de outras provisões	1.696	–	–
Outras despesas	1.744	–	132
Total	3.856	5.860	

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são demonstradas a seguir:

	Dezembro de 2018	Adições	Baixas	Dezembro de 2019
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	179.757	148.612	(143.448)	184.921
Provisão para garantias financeiras prestadas	27.294	6.276	(64)	33.506
Provisão para bens não de uso - BNDU	18.828	2.173	(1.914)	19.087
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	100.652	189.892	(95.192)	195.352
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	5.751	8.507	(3.820)	10.438
Prejuízo fiscal - Base negativa de CSLL	973	–	(973)	–
Outros	49.260	23.699	(45.087)	27.872
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	16.354	428	(3.417)	13.365
Total	398.869	379.587	(293.915)	484.541

Obrigações fiscais diferidas

Diferenças temporárias:

Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(50.307)	(125.757)	43.082	(132.982)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(3.288)	(5.160)	2.767	(5.681)
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	(9.875)	(14.545)	6.274	(18.146)
Ajuste decorrente do Regime Transitório de Tributação - RTT	(145)	(2)	113	(34)
Total	(63.615)	(145.464)	52.236	(156.843)
Saldo líquido	335.254	234.123	(241.679)	327.698

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não apresentam diferenças com as informações demonstradas no quadro anterior em créditos tributários.

O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como seguem:

	Banco	2018	Consolidado	2018
Outros créditos - Diversos - Créditos tributários (Nota 10.b)	484.541	398.869	484.548	398.869
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16.a)	(156.843)	(63.615)	(156.850)	(63.615)
Total	327.698	335.254	327.698	335.254

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de dezembro de 2019 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

	Exercício	Banco	Líquido	Consolidado	Líquido
2020	404.774	(156.843)	247.931	247.931	247.931
2021	47.446	–	47.446	47.446	47.446
2022	17.314	–	17.314	17.314	17.314
2023	9.352	–	9.352	9.352	9.352
2024	2.859	–	2.859	2.859	2.859
Acima de 5 anos	2.796	–	2.796	2.796	2.796
Total	484.541	(156.843)	327.698	327.698	327.698

Valor presente - Selic

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e de 15% para contribuição social para as empresas financeiras.

A alíquota da contribuição social, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 102, publicada em 13 de novembro de 2019.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015. O efeito do aumento da alíquota foi de R\$ 18.437 demonstrado abaixo.

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstradas a seguir:

	Banco	2018	Consolidado	2018
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	487.623	315.216	491.644	319.786
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	195.050	141.847	199.158	146.466
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	3.704	68.598	3.704	68.588
Efeito do aumento/diminuição da alíquota da CSLL no crédito tributário	(18.437)	39.671	(18.437)	39.671
Receitas/despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(64.574)	(144.882)	(67.394)	(148.116)
Resultados de participações societárias	(2.843)	(3.234)	–	–
Juros sobre o capital próprio	(90.103)	(99.201)	(90.103)	(99.201)
Outros valores	(59.869)	(37.071)	(59.979)	(37.120)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	(37.072)	(34.272)	(33.051)	(29.712)
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no exercício	130.918	45.405	130.926	45.405
Passivos fiscais realizados no exercício	(45.962)	(73.118)	(45.962)	(73.118)
Créditos tributários constituídos no exercício	(379.158)	(276.124)	(379.172)	(276.131)
Créditos tributários realizados no exercício	290.498	235.239	290.504	235.256
Total dos impostos e contribuições diferidos	(3.704)	(68.598)	(3.704)	(68.588)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	(40.776)	(102.870)	(36.755)	(98.300)

22. PARTES RELACIONADAS

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	2019	2018		
Operações/Partes relacionadas	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
Depósitos à vista				
ABC Brasil Administração e Participações Ltda. (3)	Sem vencimento	Sem remuneração	(69)	–
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (3)	Sem vencimento	Sem remuneração	(136)	–

Notas Explicativas às

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

27. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O Índice da Basileia para 31 de dezembro de 2019 apurado com base no Conglomerado Prudencial é de 16,89% (17,16% em 31 de dezembro de 2018). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8,00% em 01 de janeiro de 2019 (8,63% até 31 de dezembro de 2018):

Risco de crédito	2019	2018
Taxas de juros	2.166.739	2.011.029
<i>Commodities</i>	61.805	80.079
Ações	121.645	90.623
Risco operacional	5.205	18
Cambial	167.918	139.469
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	2.551.507	2.337.207
Patrimônio de Referência - PR	5.387.009	4.651.280
Excesso de patrimônio em relação ao limite Conciliação Patrimônio Líquido	2.835.502	2.314.073
Patrimônio Líquido	4.040.733	3.665.510
Letras Financeiras Subordinadas - Nível II	905.779	1.006.321
Letras Financeiras Perpétuas - Nível I	480.067	–
Outros Ajustes	(39.570)	(20.551)
Total Patrimônio de Referência x Patrimônio Líquido	5.387.009	4.651.280

A Diretoria

Relatório do

Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas e administradores do Banco ABC Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco”), identificadas como Banco e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Abordagem de auditoria:

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8, em 31 de dezembro de 2019 o saldo bruto de operações de crédito, Banco e Consolidado, é de R\$ 17.199.333 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 428.093 mil, sendo que durante o ano de 2019 foi reconhecido, pelo Banco, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 80.637 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria:

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origemação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consistência o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Avaliação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo

A avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria em função da complexidade envolvida no processo de precificação, que é substancialmente baseado na utilização de julgamentos, estimativas e metodologias internas do Banco. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 3.300.797 mil. Com relação aos instrumentos financeiros derivativos não cotados, o saldo registrado é de R\$ 256.589 mil no ativo e de R\$ 226.089 mil no passivo as divulgações do Banco estão incluídas na nota explicativa 5.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidos pela Administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados; (ii) a validação dos controles chaves referentes ao registro dos títulos e processamento interno dos mesmos.

Adicionalmente realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência através da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes; (ii) com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos testes de valorização e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas por meio da comparação com modelos e fontes de mercado independentes.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - O Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O Banco não possuía ativos mitigados por acordo de compensação em 30 de dezembro de 2019 (R\$ 102.025 em 31 de dezembro de 2018).

29. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO ENTRE BRGAAP E IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes (líquido dos impostos) identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BRGAAP”) e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Patrimônio líquido em BRGAAP		2019	2018
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes		4.040.733	3.665.510
Provisões sobre fianças	(a)	19.317	44.948
Outros ajustes	(a)	9.941	17.119
		(2.409)	11.271
Patrimônio líquido em IFRS		4.067.582	3.738.848
Lucro líquido em BRGAAP		528.399	418.086
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	(25.630)	1.348
Provisões sobre fianças	(a)	(7.178)	4.218
Outros ajustes		1.803	(7.177)
Lucro líquido em IFRS		497.394	416.475

a) *Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes*

Na adoção do IFRS 9 houve alteração no modelo de cálculo de perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas. No BRGAAP, é utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99.

Contador: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA - CRC 1SP 170428/O-5



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a valorização dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluírmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Banco e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-25PO34519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador CRC-15P184050/O-6